



Relatório e Contas 2023

De acordo com o artº 22º dos Estatutos do CSG – Centro Social de Gião, vimos apresentar o Relatório e Contas, juntamente com o parecer do Órgão de Fiscalização, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2023.

Gião, 30 de março de 2024

O Conselho de Administração,



Relatório 2023

Introdução

O presente relatório relativo ao exercício de 2023, faz cumprir a alínea b) do nº 3º do Artº 22º dos Estatutos do Centro Social de Gião.

Desempenho

Em conformidade com o Plano de Atividades, aprovado na Assembleia Geral de 26 de novembro de 2022, apresentamos, de uma forma sintetizada, as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano, não deixando de relevar acontecimentos significativos para o Centro Social de Gião, sucedidos durante 2023.

Atividades programadas

Candidaturas no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

- ERPI – Estrutura Residencial Para Idosos

Apesar dos muitos trabalhos realizados, tanto na procura de terreno como na elaboração de projetos, o governo não abriu candidaturas para esta Resposta Social.

- Preparação de candidaturas no âmbito da dimensão da Resiliência salienta-se a Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, a medida requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais: Habitação Colaborativa e Comunitária e Creche, candidaturas a submeter até 29/02/2024.

A Habitação Colaborativa e Comunitária é uma resposta social que assenta em alojamento individual e familiar em comunidade, com prestação de apoio e serviços. Um modelo que privilegia a inclusão e o combate ao isolamento de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, como idosos ou pessoas com deficiência, numa perspetiva de equilíbrio entre a privacidade individual e o espaço coletivo. São projetos para habitação (temporária ou permanente), que assentam no princípio de comunidade e colaboração. Trata-se de habitações independentes, obrigatoriamente próximas, que podem ser apartamentos ou moradias, para uso individual ou familiar, com espaços de utilização compartilhada, como cozinhas, hortas comunitárias, espaços comuns para atividades desportivas, eventos culturais ou atividades informáticas, entre outras. A Habitação Colaborativa tem de



incluir serviços de apoio que promovam a interação social, nomeadamente entre diferentes gerações, e a inclusão social dos residentes.

- Negociações com a Junta da União de Freguesias para aquisição de terreno;
- Pedidos de pareceres do CLAS → Habitação Colaborativa e Comunitária para 50 Utentes;
→ Creche: Criação de novos 40 Lugares.
- Preparação do PIP – Pedido de Informação Prévia para a candidatura à Habitação Colaborativa e Comunitária;
- Preparação de processos de arquitetura.

Handwritten signature and initials.

Formação dos Trabalhadores

A formação profissional contínua é uma forma dos trabalhadores melhorarem a sua produtividade, mas também de aumentarem as suas aptidões profissionais, podendo evoluir na sua carreira profissional.

Com as alterações recentes ao Código de Trabalho, e a aprovação da Lei n.º 93/2019, no artigo 131º, altera o período de formação contínua no local de trabalho de 35 para 40 horas por ano. Já os trabalhadores com contratos a termo por período igual ou superior a três meses, passam a ter direito às horas de formação proporcionais à duração do seu contrato.

Realizaram 22 colaboradores:

- ❖ Ferramentas colaborativas e de produtividade_25h;
- ❖ Gestão e organização da Formação_25h;

Outras Formações mais específicas:

- ❖ Gestão de Compras para Instituições Sociais_3h30_2 elementos;
- ❖ Workshops “Horários, Férias, Faltas, Folgas e Retribuições em IPSS” _8h_1 elemento;
- ❖ Workshops “Cálculo de participações familiares” _4h_1 elemento.

Respostas Sociais e suas Capacidades

Centro de Dia

- Capacidade: 20 lugares todos eles comparticipados.

Serviço de Apoio Domiciliário

- Capacidade: 30 Lugares (20 Comparticipados).



Creche

- Capacidade: 54 Lugares abrangidos pela Portaria n.º 198/2022, de 27 de julho _ regulamenta as condições específicas de concretização da medida da gratuitidade das creches e creches familiares, integradas no sistema de cooperação, bem como das amas do Instituto da Segurança Social, I. P..

Outros Serviços

Serviço de Psicologia

- 22 Utentes – 111 consultas;

Serviço de Reabilitação

- 11 utentes – 29 sessões;

Residência Partilhada

- 2 Homens - Enquadramento no Fórum Social de Freguesia.

Conclusão

Para finalizar, o Conselho de Administração deseja manifestar o seu reconhecimento às colaboradoras e colaboradores que ao longo do ano continuaram dedicados por um bom desenvolvimento da Instituição.

O Conselho de Administração agradece também a colaboração recebida dos nossos parceiros, nomeadamente a Camara Municipal de Santa Maria da Feira, a Junta da União de Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande, voluntári@s e estagiári@s.

Só com a colaboração de tod@s conseguimos dar continuidade à nossa Missão, valorizando o respeito, união, solidariedade e inclusão, para continuar a ser reconhecida como uma Instituição com qualidade, excelência e diferente nos cuidados aos nossos Idosos e Crianças.

Gião, 30 de março de 2024

O Conselho de Administração



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Anexos:

- Relatório e Parecer do Órgão de Fiscalização;
- Balanço ME (IES) em 31 de dezembro de 2023;
- Demonstração de Resultados por Natureza;
- Demonstração Individual do Fluxo de Caixa;
- Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.



RELATÓRIO E PARECER DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Nos termos da alínea b) do artigo 38 dos Estatutos, o Órgão de Fiscalização do Centro Social de Gião, reuniu, na sua sede, em 27 de março de 2024, para emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas, respeitante ao exercício de 2023.

O Órgão de Fiscalização acompanhou ao longo do exercício a atividade do Centro Social de Gião, através dos contactos regulares com a Administração, a quem agradece a colaboração que lhe foi prestada, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido esclarecimentos às informações e documentos solicitados.

Verificamos que as demonstrações financeiras incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com os normativos contabilísticos em vigor e obedeceram aos preceitos legais adotados, exprimindo dessa forma a correta situação patrimonial do Centro Social de Gião.

Analisamos também o Relatório de Gestão de Direção que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram e serão desenvolvidas por cada um dos departamentos do Centro Social.

Face ao referido, damos o nosso Parecer, no sentido de que sejam aprovados o Relatório de Gestão apresentado pela Administração e as Contas referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023. Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Deve ser aprovado o Relatório da Administração, o Balanço, a Demonstração de Resultados e os respetivos anexos pelo fato de exprimirem com rigor, a situação financeira e patrimonial da associação, no termo do exercício de 2023.

Devemos por isso, elogiar o esforço evidenciado pela direção na gestão cuidadosa da atividade da Associação, designadamente no cumprimento dos objetivos e o seu dinamismo na prossecução de novos projetos.

Gião, 27 de março de 2024

O Órgão de Fiscalização:

Presidente:

Rosa Maria

Vogal:

João Paulo

Vogal:

RAQUEL

CARDOSO



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

CENTRO SOCIAL DE GIAO

Data: 2023/12/31

BALANÇO ME (IES) em 31 de DEZEMBRO de 2023

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		926 353,93	875 528,68
Investimentos financeiros		4 560,20	4 085,75
		930 914,13	879 614,43
Activo corrente			
Clientes		2 752,54	2 933,55
Estado e outros entes públicos		153,01	608,23
Diferimentos		2 189,04	2 713,81
Outros activos correntes		9 500,00	2 000,00
Caixa e depósitos bancários		50 683,71	84 848,23
		65 278,30	93 103,82
Total do Activo		996 192,43	972 718,25
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPTAL PRÓPRIO			
Fundos		30 000,00	30 000,00
Resultados transitados		32 314,19	30 007,89
Outras variações no capital próprio		452 144,41	467 096,14
		514 458,60	527 104,03
Resultado líquido do período		2 102,30	2 306,30
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		516 560,90	529 410,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		405 316,49	351 890,07
		405 316,49	351 890,07
Passivo corrente			
Fornecedores		3 621,51	4 792,04
Estado e outros entes públicos		8 136,77	8 182,92
Diferimentos		14 111,48	16 127,40
Outros passivos correntes		48 445,28	62 315,49
		74 315,04	91 417,85
Total do Passivo		479 631,53	443 307,92
Total do capital próprio e do passivo		996 192,43	972 718,25

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signature of the certified accountant.

208370374

50765



Handwritten signatures and initials in the top left corner.

CENTRO SOCIAL DE GIAO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA (ME)
PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2023

Data: 2023/12/31

Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		169 296,88	162 399,38
Subsídios à exploração		369 589,76	301 728,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-33 708,91	-23 846,85
Fornecimento e serviços externos		-83 752,27	-88 740,94
Gastos com o pessoal		-390 515,98	-324 189,58
Outros rendimentos e ganhos		32 327,06	24 351,70
Outros gastos e perdas		-6 364,00	-2 088,66
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:		56 872,54	49 613,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-36 727,88	-38 887,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 144,66	10 725,99
Juros e gastos similares suportados		-18 042,36	-8 419,69
Resultado antes de impostos		2 102,30	2 306,30
Resultado líquido do período		2 102,30	2 306,30

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ABC

208370374

50765

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



CENTRO SOCIAL DE GIAO

Data: 2023/12/31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2023

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo			
Recebimento de clientes		175 580,81	166 798,02
Pagamento a fornecedores		-121 122,61	-109 435,37
Pagamento ao pessoal		-269 976,77	-222 379,57
Caixa gerada pelas operacoes		-215 518,57	-165 016,92
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-7 983,76	-7 574,69
Outros recebimentos/pagamentos		-29 656,46	-86 004,75
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-253 158,79	-258 596,36
Fluxos de caixa das Actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento		309 898,90	250 258,40
Juros e rendimentos similares		59 690,86	51 470,35
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		369 589,76	301 728,75
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operacoes de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-96 573,58	-51 532,50
Juros e gastos similares		-18 143,28	-8 505,28
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de Capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-114 716,86	-60 037,78
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1 714,11	-16 905,39
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		257,16	17 162,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 971,27	257,16

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

208370374

50765

Handwritten signatures and initials in the top left corner.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício 2023

1. Identificação da entidade:

O Centro Social de Gião é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº 258 de 05/11/1999, Série III, com sede em R. D. Dinis, nº 536, Gião. Tem como atividade principal cuidados para crianças sem alojamento, atividades apoio social para pessoas idosas com alojamento, outras actividades de apoio social sem alojamento.

2. Referencial contabilístico:

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2011, deste modo já há comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2023.

3. Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

1



3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas.

3.1.3. Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.



3.1.5. Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada abaixo referidas:



Terrenos e recursos naturais Edifícios e outras construções: 2,00%
Edificações Ligeiras: 16,66%
Equipamento Básico: 16,66 %
Equipamento Transporte: 20,00%
Equipamento administrativo: 20,00%
Outros ativos fixos tangíveis: 16,66%

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural”.

3.2.3. Propriedades de Investimento

Não existem “Propriedades de Investimento”

3.2.4. Ativos Intangíveis

A Entidade não possui Ativos Intangíveis.

3.2.5. Investimentos financeiros

O valor dos Investimentos Financeiros mencionados nesta rúbrica refere-se ao valor dos Fundos Compensação do Trabalho (FCT) e à retenção do Fundo Reestruturação Segurança Social.

3.2.6. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.



Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- o Alterações no risco segurado;
- o Alterações na taxa de câmbio;
- o Entrada em incumprimento de uma das partes;
- o Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença



entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

6



3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Empréstimo – Montepio	110 704,37	0,00	123 617,06	0,00
Fundo Reestruturação Sector Solidário	13 678,51	0,00	39 959,79	0,00
Montepio – Crédito Investimento	25 051,31	0,00	27 136,76	0,00
Montepio – Crédito Corrente	0,00	0,00	20 000,00	0,00
Montepio – LC Social COVID 19	105 882,30	0,00	141 176,46	0,00
Montepio – 095.36.100839-4	150 000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAIS	405 316,49	0,00	351 890,07	0,00

Locações

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Contrato 95.44.000099-0	0,00	0,00	0,00	842,89
TOTAIS	0,00	0,00	0,00	842,89

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins

7



abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Rubricas	Inicial	Adições	Alienações	Final
Edifícios e Outras Construções	982 294,14	24 491,03	0,00	1 006 785,17
Equipamento Básico	47 042,94	0,00	0,00	47 042,94
Equipamento Transporte	81 989,58	40 565,40	0,00	122 554,98
Outros Ativos Fixos tangíveis	48 877,37	0,00	0,00	48 877,37
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 160 204,03	65 056,43	0,00	1 225 260,46

DEPRECIAÇÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reg./Abates	Saldo Final
Edifícios e Outras Construções	172 000,39	21 546,62	0,00	193 547,01
Equipamento Básico	33 732,38	2 883,53	0,00	36 615,91
Equipamento Transporte	46 843,85	10 767,06	0,00	57 610,91
Outros Ativos Fixos tangíveis	38 248,73	1 530,67	0,00	39 779,40
TOTAL	290 825,35	36 727,88	0,00	327 553,23

6. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventário de Mercadorias, Matérias-primas e subsidiárias		
Movimentos	2023	2022
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	33 708,91	23 846,85
Regularização de existências	0,00	0,00
Existências finais	0,00	0,00
Custos no exercício	33 708,91	23 846,85

Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Redito	2023	2022
Prestações de Serviços	169 296,88	162 399,38
Subsídios, Doações e Legados	369 589,76	301 728,75
Donativos	2 799,76	3 184,08
Outros	29 522,30	21 159,36
TOTAIS	571 208,70	488 471,57

7. Imposto sobre o Rendimento

A atividade da IPSS é na sua totalidade isenta de IRC.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

8. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos/sociais/... da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de 25 e em 31/12/2023 foi de 21.

Gastos com o pessoal	2023	2022
Pessoal	319 646,06	265 330,73
Encargos com remunerações	65 305,73	55 506,37
Seguros de Acidentes no Trabalho	4 201,06	2 409,18
Outros Gastos com o Pessoal	1 363,13	943,30
TOTAL	390 515,98	324 189,58

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

11.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2023	2022
Seguros	2 189,04	2 713,81
Rendimentos a reconhecer – Norte 2020 – Requalificação da creche	(14 111,48)	(16 127,40)
TOTAL	(11 922,44)	(13 413,59)



11.2. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2022 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Fluxos de Caixa	2023	2022
Caixa	1 971,27	257,16
Depósitos à ordem	8 712,44	9 591,07
Depósitos a prazo	40 000,00	75 000,00
TOTAL	50 683,71	84 848,23

11.3. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais	2023	2022
Fundo Social	30 000,00	30 000,00
Resultados Transitados	32 314,19	30 007,89
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	452 144,41	467 086,14
Resultado líquido do exercício	2 102,30	2 306,30
TOTAIS	516 560,90	529 410,33

11.4. Clientes/Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" e "Clientes" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2023	2022
Fornecedores c/c	3 621,51	4 792,04
Fornecedores títulos a receber	0,00	0,00
TOTAIS	3 621,51	4 792,04
Clientes	2023	2022
Cliente c/c	0,00	0,00
Clientes / Utentes	2 752,54	2 933,55
TOTAIS	2 752,54	2 933,55



Handwritten signatures and initials, including 'B. V. P.' and 'J. C. L.'.

11.5. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Dr	Cr	Dr	Cr
Retenção Juros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Retenções de IR	0,00	1 082,14	0,00	1 231,26
IVA Reembolsos Pedidos	153,01	0,00	608,23	0,00
Segurança Social	0,00	7 054,63	0,00	6 951,66
TOTAIS	153,01	8 136,77	608,23	8 182,92

11.6. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal:	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	533,03	0,00	1 307,07
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00	0,00	842,89
Credores por acréscimo de gastos	0,00	47 912,25	0,00	42 665,53
Outros Devedores e Credores	0,00	(9 500,00)	0,00	17 500,00
TOTAIS		38 945,28	0,00	62 315,49

11.7. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios ISS	309 898,90	250 258,40
Subsídios IEFP	6 882,36	7 187,06
Outros subsídios	52 818,50	44 283,29
Doações	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
TOTAIS	369 599,76	301 728,75



11.8. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Fornecimentos e Serviços	29 061,64	30 537,33
Materiais	7 706,79	6 908,29
Energia e Fluidos	29 810,19	35 379,82
Deslocações, Estadas e Transportes	726,45	519,87
Serviços Diversos	16 447,20	15 395,63
TOTAIS	83 752,27	88 740,94

11.9. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	8 873,46	4 474,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	0,10
Outros Rendimentos	23 448,59	19 868,64
TOTAIS	32 322,06	24 343,44

11.10. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	2 882,14	1 633,54
Descontos de pronto pagamento concedidos	,00	,00
Outros	3 380,94	369,53
TOTAIS	6 263,08	2 003,07



[Handwritten signature]

11.11. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Gastos e perdas de financiamento	16 808,53	6 838,63
Juros Suportados	1 334,75	1 666,65
Outros gastos e perdas de financiamento		
TOTAIS	18 143,28	8 505,28
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos	5,00	8,26
Juros Obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares		
TOTAIS	5,00	8,26

11.12. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Gião, 29 de março de 2023

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

208370374

50765

O Órgão Deliberativo

[Handwritten signature]
Jesuita Reis de Costa
Mónica Filomena Baptista Cardoso

[Handwritten signature]

